



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681514 - PB (2021/0227709-0)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : IVANILSON DA SILVA ALBUQUERQUE
ADVOGADO : IVANILSON DA SILVA ALBUQUERQUE - PE033626
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
PACIENTE : EDILSON DA SILVA BARBOSA (PRESO)
CORRÉU : ANA MARCIA ALVES GOMES
CORRÉU : MARCELA ALVES GOMES
CORRÉU : RENATO NASCIMENTO DE BRITO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA

DESPACHO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de EDILSON DA SILVA BARBOSA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA (HC n. 0805032-27.2021.8.15.0000).

O paciente foi condenado às penas de 23 anos e 7 meses de reclusão no regime inicial fechado e de 1.950 dias-multa, como incurso nos arts. 33 e 35, ambos da Lei n. 11.343/2006.

O impetrante sustenta que não haveria fundamentação idônea para a majoração da pena-base cominada ao réu.

Aduz que o aumento procedido pelas instâncias de origem na primeira etapa do cálculo seria desproporcional.

Afirma que não estariam comprovadas a estabilidade e a permanência necessárias para a configuração do crime de associação para o tráfico.

Alega que o acusado preencheria os requisitos para a aplicação da causa de diminuição prevista no § 4º do art. 33 da Lei n. 11.343/2006.

Argumenta que o tempo de prisão provisória deveria ser considerado para fins de fixação do regime inicial de cumprimento da sanção reclusiva, nos termos do art. 387 do Código de Processo Penal.

Requer a concessão da ordem para que a dosimetria da pena imposta ao paciente seja revista, bem como para que seja absolvido do delito de associação para o tráfico.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.
Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência